



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,  
MINORIAS E IGUALDADE RACIAL**

REQUERIMENTO Nº DE 2024

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência Pública, no âmbito desta Comissão, a fim de discutir o conteúdo do Projeto de Lei 5.946/2023, que altera o art. 31 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Senhora Presidenta,

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência, a fim de discutir a a fim de discutir sobre o teor do PL 5.946/2023, que altera o art. 31 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Segue a lista dos (as) convidados (as) que participarão de referido debate:

1. Éverton Pereira, Professor Doutor UNB, pesquisa sobre residência inclusiva;
2. Wederson Rufino Dos Santos, Professor Doutor, Pesquisador;
3. Adinilson Marins Coordenador de Mobilização Apae Brasil e Conselheiro do CONADE;
4. Edgilson Tavares Vice-presidente CNAS
5. Anna Feminella Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
6. Gustavo Silva e Paula Nascimento autodefensores da Apae Brasil
7. Tâmara Nunes Coordenadora Nacional de Autogestão e Autodefensoria Apae Brasil
8. Ismael Utino Tavalone e Carlos Henrique Viana Autodefensores da Federação Nacional das Associações Pestalozzi





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## JUSTIFICAÇÃO

Os autodefensores nacionais da Rede APAE Brasil, após tomarem conhecimento do Projeto de Lei 5.946/2023, solicitam a realização de uma audiência pública para expor suas preocupações e opiniões sobre o conteúdo do projeto. Esta audiência é essencial para assegurar que o princípio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “nada sobre nós, sem nós”, seja plenamente respeitado, conforme garantido pela Lei Brasileira de Inclusão.

Os autodefensores enfatizam que os direitos conquistados pelas pessoas com deficiência são inalienáveis e não podem ser revogados, especialmente no que diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pensões e aposentadorias, que são direitos pessoais e intransferíveis. Destacam, ainda, que os serviços de acolhimento, como as residências inclusivas para pessoas com deficiência, fazem parte da política pública de assistência social, sendo dever do Estado assegurar seu financiamento adequado e integral, garantindo o direito do cidadão.

A insuficiência de financiamento público para as residências inclusivas não pode ser resolvida com a retirada de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. É imprescindível que o Estado promova a educação financeira, a autonomia e a independência das pessoas com deficiência, incentivando a tomada de decisão apoiada, para que possam exercer suas escolhas de forma responsável e segura.

Os autodefensores reivindicam um financiamento público adequado e suficiente para sustentar plenamente os serviços de acolhimento para pessoas com deficiência, pois os recursos atualmente disponíveis são insuficientes. Requerem, ainda, a ampliação da oferta desses serviços, de forma a atender de maneira mais abrangente e inclusiva as necessidades das pessoas com deficiência.

Portanto, a audiência pública solicitada é crucial para que os autodefensores sejam ouvidos, garantindo que as demandas das pessoas com deficiência sejam consideradas na formulação e implementação de políticas públicas que impactam diretamente suas vidas.

Nesse sentido, solicito apoio dos (as) nobres colegas na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2024.

**Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 28/08/2024 19:28:59.330 - CDHMIIR

REQ n.217/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248067487200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

